

A história começa agora: notas sobre história e as perspectivas de futuro da Ilha do Príncipe

Por *Augusto Nascimento**

A história da Ilha do Príncipe começou num 17 de Janeiro de um ano incerto da década de 1470. Os portugueses então aqui chegados não podiam imaginar o destino que estavam a traçar para milhões de pessoas que aqui viriam a viver, a passar e, nalguns casos, a daqui arriscar fugir. Presentemente, talvez se esteja a redescobrir e a reinventar a ilha, isto é, a traçar um quadro de possibilidades para os vindouros na medida em que se esboça desenhar um caminho para a ilha do Príncipe.

Se comparamos o que era a ilha do Príncipe há cerca de dez anos com a sua actual configuração, as diferenças terão de ser consideradas enormes. Há apenas uma dezena de anos, tudo parecia resumido pela frase “aqui não há nada”. Em jeito de sentença, esta opinião teria menos a ver com os bens, escassos, sem dúvida, do que com a ausência de perspectivas para quem tivesse tido a desdita de ter nascido e ficado pela ilha. Mas algo mudou na disposição das pessoas do Príncipe. Particularismos da actual situação política à parte, dir-se-á, apenas com referência às resultantes da micro-insularidade, que os *ine mino ihê* não têm a possibilidade de determinar em toda a linha o seu destino pessoal e colectivo. Mas, a pouco e pouco, ganha corpo a ideia de que algo lhes cumpre fazer para modelar o seu destino. E o dos descendentes.

Pensando no mundo e, conseqüentemente, na infinita exiguidade da ilha, logo avulta a questão seguinte: que parte da determinação de um destino próprio está nas mãos dos naturais do Príncipe? Nem o saber social nem a análise histórica têm uma resposta para a questão¹, mas podem sugerir pistas de soluções para problemas actuais.

Ao invés do imobilismo, as mudanças

* Investigador auxiliar do *Instituto de Investigação Científica Tropical*, Lisboa; colaborador do *CEA-ISCTE/IUL*, do *CEAUP* e do *IHC da FCSH/UNL*.

¹ As sociedades de hoje têm uma forte carga reflexiva – alimentada pelo mercado de bens simbólicos, pela difusão do conhecimento e pela percepção da conveniência política de afirmações identitárias – e parece já não sobrar espaço para saberes ociosos. Presentemente, quando se indaga o passado histórico, espera-se desvendar algo que possa esclarecer as estratégias de afirmação política, as quais costumeiramente passam pela afirmação identitária. Por regra, esta procura fundamentos nas *tradições* que se pretendem arraigadas num tempo longínquo, mesmo quando, na verdade, elas são muito mais recentes do que se tende a fazer crer.

Não é por acaso, nem para alardear um toque vagamente literário, que prefiro falar de *histórias* em vez de *história* da Ilha do Príncipe. Para além de arredar a ideia de uma narrativa histórica unívoca (e, inevitavelmente, equivocada), a perspectiva da pluralidade de histórias inscritas na linearidade do tempo resume melhor a evolução histórica do Príncipe, mormente na época do colonialismo moderno, de cujas implicações todos os ilhéus têm alguma memória, própria ou legada pelos ascendentes.

Quando se estuda a história da Ilha do Príncipe, vai-se chegando à noção da sua complexidade – a micro-insularidade não reduz, antes acrescenta dimensões que complexificam o dia-a-dia e a história – e, também, da estreita relação com o exterior. Logo, ao invés de se render à ideia preconcebida do vazio e do imobilismo, a pesquisa histórica deve procurar as mudanças, muitas delas inimagináveis à luz do marasmo a que a ilha pareceu vergada. Em todo o caso, o motor dessas mudanças, derivadas da globalização, da aceleração de contactos e da abertura ao mundo, residiu fora, mesmo se tal facto era imperceptível para os homens que nos precederam.

Recuando no tempo, a imaginada continuidade da economia quebrou-se por mais de uma vez. Primeiramente, a ilha produziu açúcar, ainda que pouco se comparado com o de São Tomé. Não obstante, e par do comércio, a agricultura parecia um caminho tanto para a ilha como o arquipélago. Porém, a aposta no Brasil, cujo açúcar tinha maior aceitação, fez com que o esforço colonizador se deslocasse para aquele território imenso, ficando o arquipélago como que entregue aos *filhos da terra* gerados da interacção de europeus e africanos, quanto também da assimilação cultural veiculada pelas instituições transplantadas do reino. Nestas circunstâncias, a inevitável identificação com a terra teve tradução política no afrontamento mais ou menos directo dos colonos ou *reinóis*. Curiosamente, a afirmação dos *filhos da terra* não passava pela reivindicação da independência, porque tal não integrava o horizonte da época. Passava, sim, pelo reconhecimento da condição de vassallos da Coroa portuguesa em virtude do que poderiam ter bens – incluindo escravos – e aceder a desempenhos na Igreja e na Câmara, isto é, na governação local.

Foram estes *filhos da terra* que asseguraram a soberania portuguesa quando a Coroa, exaurida de meios e de homens, por um lado, a braços com a defesa de domínios vastos, dispersos e cobiçados, por outro, foi deixando as ilhas entregues a si próprias, constituindo-se como um senhorio distante. Pela altura em que se alijava o cultivo de

açúcar, o arquipélago tornava-se um importante entreposto mercantil, mormente de escravos. Mais uma vez, os destinos da ilha eram ditados pelas solicitações do mundo de que ela era somente um ponto de apoio. Justamente, enquanto escala, a ilha do Príncipe parecia mais vantajosa do que a de São Tomé, justificando a mudança do governo para Santo António, tornada a cidade capital das quatro ilhas do Golfo da Guiné (Ano Bom e Fernando Pó seriam alienadas pela Coroa portuguesa em 1778). Digamos que uma outra configuração política no Golfo da Guiné – hipótese de modo algum implausível – foi inviabilizada, não pela vontade dos naturais, mas por acordos feitos numa longínqua Europa.

Por esse tempo, ilhéus do Príncipe eram experimentados marinheiros, a cargo dos quais estava a navegação costeira que abastecia de escravos os navios empenhados no comércio transtlântico. Este comércio de escravos fez mover homens, poucos, do reino para as ilhas, muitos do continente para a ilha do Príncipe e desta para o Novo Mundo e, ainda, uns tantos do Brasil para a margem oriental do Atlântico. Também oriundos do Brasil, o café e o cacau chegaram ao arquipélago, concretamente ao Príncipe, entre finais de Setecentos e inícios de Oitocentos. O café rapidamente foi levado para São Tomé, ao passo que o cacau permaneceria secundarizado até que a crise da sobreprodução cafeeira da década de 1880 suscitou a substituição do café pelo cacau, cujas vantagens, de resto, um filho ilustre da ilha, João Maria de Sousa e Almeida, proclamara décadas antes. Entrementes, a recolonização oitocentista assente na agricultura tinha determinado – ao arrepio da vontade dos do Príncipe – o retorno da capital a São Tomé, com isso se condenando aquela ilha ao marasmo.

O colonialismo moderno derivou de mudanças operadas no sistema capitalista mundial que hegemonizou o mundo. Por causa de vicissitudes históricas e geográficas, a recolonização da ilha do Príncipe foi sendo preterida pela de São Tomé e, quando se perspectivou a possibilidade de explorar a ilha, os roceiros já tinham arrolado os requisitos necessários para firmar a sua hegemonia. Negociaram com o poder de Lisboa, já inebriado com os proventos do cacau, condições de exploração que, parecendo valorizar a ilha, apenas a isolavam para favorecer a acumulação e a concentração de riqueza. Ainda que não recaindo directamente sobre os ilhéus, a dominação revelou-se mais opressiva do que em São Tomé e a cidade de Santo António foi deliberadamente abandonada por autoridades venais rendidas aos roceiros.

O cacau, que prometera ser uma eterna ventura para os roceiros, revelou-se, afinal, uma riqueza precária. Tendo sido involuntariamente fulcral na disseminação do cacau na costa do Golfo, o arquipélago tornou-se um ponto de difusão da cultura cacauífera pelo mundo, devida, justamente, ao alargamento da hegemonia do sistema capitalista. Ainda mais profundamente do que a de São Tomé, a ilha cairia na pobreza com as repercussões da crise de 1929, que acentuavam mais, se tal parecia possível, o sufoco económico imposto pelos roceiros ao tecido social local. Aos que com ela padeceram, a pobreza terá parecido eterna.

A independência chegou de fora, anunciada pelas emancipações na Ásia e no continente africano. Porém, arriscaria dizer, chegou quando a esmagadora maioria da população do Príncipe não a esperava. Quando, esquecendo décadas de subalternização e gravames de outrora, passara a avaliar a sua pertença política pelos últimos anos de um colonialismo que se tornara atípico. E quando a população perdera a memória e o hábito das lutas políticas de oitocentos, laborando, tal como as gentes de São Tomé, nas ideias de uma inamovível afabilidade dos ilhéus e de um quotidiano de paz social (por exemplo, a prisão existente em Santo António era risível e quase não tinha uso). Porém, com as mudanças no mundo, súbita e inexoravelmente, os ilhéus e mais habitantes tiveram de se defrontar com uma mudança chegada de fora.

Consabidamente, a descontinuidade territorial e, em particular, a condição insular costumam fazer vincar uma determinada identidade (e, na condução política, será preferível tê-la em conta a ensaiar negá-la) ou fomentar processos de identificação, os quais poderão ser tão mais pronunciados quanto a essa descontinuidade se associarem problemas de gestão do território e de administração das gentes, aqui entendida como a capacidade de as pôr em compasso com o mundo no tocante ao acesso a bens materiais e imateriais. Por muito plausíveis que pareçam as justificações de agentes económicos externos ou de um poder sediado fora, em caso de privação, a propensão para o ressentimento é a regra, potenciada pela percepção, amiúde distorcida, de uma exclusão imputável a uma inconfessada premeditação ou à inépcia.

Como em casos similares, a localização do motor das mudanças fora da ilha também decorre, embora indirectamente, da sua dimensão exígua. O país e, mais ainda, a ilha não podem ter a pretensão de determinar totalmente o seu destino, em muito dependente de circunstâncias históricas sempre mutantes e, não raro, imprevisíveis.

Talvez a localização externa das causas de mudanças profundas no arquipélago seja o invariante do destino do arquipélago e, evidentemente, da ilha do Príncipe.

Os limites das ideologias e dos processos de identitários

A história da ilha do Príncipe começa agora, isto é, no ciclo de décadas de mudanças inaugurado com a independência, ciclo que historiadores futuramente poderão vir a sintetizar como um fugaz momento na história do Príncipe. Herdeira de vários contributos culturais, a população começa agora – na sequência da independência do país – a construir e a afirmar a sua identidade e também a sua história².

É verdade que, em finais de oitocentos, a elite do Príncipe se manifestou contra arbitrariedades insuportáveis do governador distrital, defendendo, por exemplo, negros súbditos britânicos e ilhéus de menores posses. Mas, a despeito da veemência dos protestos, tal acção já era a de uma elite em perda económica e social. Por exemplo, sem embargo da politização dos anos precedentes, na década de 1930 as paralisações de serviços não contaram com o apoio de ilhéus, decerto em razão da pressão extrema do poder colonialista. Enquanto no passado colonial raras vezes se assistiu a uma luta social, a independência abriu as portas à afirmação colectiva das pessoas do Príncipe, mesmo se, por vezes, num sentido surpreendente para os sucessivos dirigentes do país.

Independentemente da adesão a desígnios políticos – por exemplo, ao projecto independentista, em cujas promessas de igualdade e de venturas se pensava filiada a condição de são-tomense – o facto mais comum é a interiorização do que se afigura como natural, a saber, a ligação à terra. Aos dirigentes voluntaristas de 1975 – imbuídos de uma carga ideológica que os fazia entender o destino da humanidade e o curso da história à luz de um maniqueísmo muito influenciado pela ordem internacional da época – faltou a percepção de que a pertença política nacional poderia e, podemos-lo dizer hoje, deveria ter compaginado identidades plurais, tanto as individuais quanto a de São Tomé e a do Príncipe³. Por muito similar que seja o modo de vida nas duas ilhas, há diferenças a ter em conta, até para que cada ilha possa ter algo de seu e não necessariamente tudo

² Os slogans políticos animam-se destas convicções e são elas que, no imediato, conferem sentido aparente às acções dos homens. Porém, a partir da procura do sentido não imediatamente apreendido pelos actores no seu dia-a-dia, o registo analítico de cientistas sociais e de historiadores terá de ser mais céptico, de explicar os condicionalismos do passado e de tecer um quadro de possibilidades de evolução que faça sentido, mesmo quando pareça pouco evidente.

³ Para já não falar de cabo-verdianos e, até, dos raros europeus que se sentiram identificados com as ilhas.

subsumível ao que é da outra, na circunstância, à ilha maior e onde se encontra o centro do poder.

Todavia, no tocante à reivindicação identitária, importa não cair em dogmatismos. Aliás, a atentarmos no caso do arquipélago, logo sobrevém a percepção de quão contraditórios são os processos de afirmação identitária. Por exemplo, os naturais do Príncipe não se denominam *principenses* – julgo que a palavra, além de rara, é relativamente nova. A que atribuir o alheamento face a uma denominação própria passível de catalizar processos de identificação? Curiosamente, a resposta poderá residir no colonialismo, que tratava todos os ilhéus como são-tomenses e estes assim se sentiam nomeados e delimitados. O factor racial, usado para para apartar colonos de naturais, introduziu uma identificação comum entre os são-tomenses, em que alguns alicerçaram a reivindicação de independência.

Ainda assim, o MLSTP não descurou a conveniente representatividade territorial aquando das negociações com o poder colonial demissionário. Em vários relatos sobre essa época transparece a tensão existente em torno do destino da ilha do Príncipe, que, após décadas de sujeição à discricionariedade irrestrita dos roceiros, ganhara novas condições de vida nos derradeiros anos do colonialismo. Em 1974, ao mesmo tempo que se sentenciava serem todos são-tomenses, a questão territorial estava subliminarmente presente nas negociações de Argel.

Porém, não deixa de ser curioso que o escudo do país, para além de vincar os lemas ideológicos – unidade, disciplina e trabalho – consagrasse uma diferença entre as ilhas, representadas ao mesmo nível pelo falcão e pelo papagaio, aves mutuamente excludentes e tornadas características de cada uma das ilhas. Na realidade, se as estrelas negras da bandeira espelham a homenagem ao espírito de libertação de África, mormente ao irredentismo de uma época em que alguns teimavam em acreditar numa África unida⁴, o escudo do país dá nota de uma concertação de vontades das duas ilhas. Não conhecendo o modo como se forjou a composição⁵, a verdade que é que no escudo está patente a diversidade do país, expressa para além do lema ideológico que instava a

⁴ Na realidade, os nacionalismos derrotaram o pan-africanismo (cf. FALOLA, Toyin, 2004, *Nationalism and african intellectuals*, University of Rochester Press, Rochester), a que alguns querem agora voltar.

⁵ Amiúde, os significados de cada símbolo insinuam-se e, por vezes, até da parte dos próprios criadores de simbologias, a atribuição de significado é posterior à adopção das imagens, não raro em função de um conglomerado de variáveis, entre elas, o lastro histórico, os lemas politicamente mobilizadores e a adequação de imagens a modismos.

uma unidade imperativa orgânica entre todos os são-tomenses. Poderíamos aventar como hipótese que, justamente por causa da afirmação da soberania, a imagética escapou ao monolitismo ideológico, afirmando os particularismos do território contra o plasma ideologicamente uniformizador do projecto independentista. Seria interessante conhecer o processo de gestação dos símbolos nacionais e tentar perceber as razões, porventura nem sequer verbalizadas, que levaram a conceber um escudo dissemelhante da bandeira, iconograficamente rico e simbolicamente nivelador e apaziguador da assimetria que, é forçoso reconhecer, perdura entre as ilhas.

Hoje, o peso da ideologia retrocedeu. Concomitantemente, aumentou a capacidade de acolher a pluralidade de ideias e de sentimentos, o que facilita o orgulho numa pertença identitária dos *ine mino ihê* no seio da nação são-tomense. Em todo o caso, por muito fortes que se afigurem os signos identitários – entre os quais, o Auto de Floripes –, a afirmação de uma identidade não se fará sem um consistente processo de crescimento económico e de desenvolvimento humano. Neste particular, é sabido, as dificuldades da ilha do Príncipe são notórias.

A valia dos sentimentos identitários e de pertença

Por entre o que muda, o que é que permanece (ou, pelo menos, aparenta permanecer tendo em conta o lapso temporal das nossas vidas) e pode ser tomado como esteio da identidade? tal a indagação que se tornou quase sacramental nos nossos dias. Afinal, é na identidade – ou nas diferenças de signos culturais, que se nos apresentam como substantivas mesmo se são relacionais – que se costuma basear a reivindicação política e, daí, a capacidade de determinação de um destino próprio.

Não julgo que, por si só, apregoadas diferenças identitárias constituam base bastante para reivindicações políticas. Mas cumpre conceder-lhes o seu lugar e o seu sentido, que é, em parte, o que lhe conferem os que as vivenciam. Independentemente da relatividade dos valores invocados, a possibilidade de cada um – indivíduo ou colectivo – se afirmar singular e único é a expressão da sua humanidade.

É sabido, tanto o Tchiloli quanto o Auto de Floripes falam da finitude da condição humana. Acrescente-se até que a sua filiação torna tais representações próximas. Mas, nos planos performativo e estético, são diferentes. São-no igualmente no tocante ao tempo da representação (o que, nos anos de 1940, motivou queixas do

famigerado administrador Raminhos por este, numa autêntica birra permitida a quem tinha poderes discricionários, ter impedido a representação do Auto no dia costumeiro⁶). Tais performances diferem também quanto à escolha e ao empenho dos actores e, ainda, quanto ao envolvimento com o público ao longo da representação. Subsiste algo de intrigante neste binómio que mereceria uma investigação (que, concedo, alguns considerarão ociosa): como foi possível que num espaço arquipelágico, que hoje nos parece próximo e exíguo, se tivessem desenvolvido manifestações culturais dissemelhantes e que se afiguram como mutuamente excludentes? No caso, a diferença significará uma riqueza acrescida se se pensar na valia económica da diversidade de bens culturais.

Há uma identidade das gentes do Príncipe? A meu ver, há o que por ora permanece e constitui a *tradição* local, distinta da de São Tomé. Tal não tem de ter uma tradução política directa e imediata e, menos ainda, oponível à de São Tomé. Mas as circunstâncias históricas emprestaram-lhe um suporte político, o do processo da autonomia⁷.

Impensável para a maioria na era do monopartidarismo, algo inesperadamente ganhou corpo a reivindicação da assunção do próprio destino. Por entre tensões, a autonomia tornou-se uma arquitectura política e uma forma de composição de interesses entre todos os são-tomenses. Tal não foi sem incompreensões, reservas e tensões. Ora, pouco útil para traçar cenários futuros pouco previsíveis, o conhecimento da história ajuda, por exemplo, a contextualizar e a relativizar as dissensões entre as ilhas, ajudando a encarar a mudança e a pluralidade de interesses com maior naturalidade.

Por outras palavras, as dissensões entre as ilhas não são de agora. Nos anos subsequentes à implantação do liberalismo no reino, os conflitos entre as ilhas avolumaram-se a um grau irrepetível até aos dias de hoje. Por entre preitos de lealdade

⁶ Curiosamente, no ambiente de euforia desencadeado pela independência, uma representação do Auto teve lugar a 17, quando uma delegação governamental se deslocou ao Príncipe. Essa representação foi compactada para poder ser apreciada durante a tarde pela comitiva governamental (cf. *Revolução* nº4, 29 de Agosto de 1975, p.5). Nesse ano, e a não se ter tratado de uma repetição, a tradição foi quebrada por homenagem aos novos governantes. Ao tempo, a reportagem politicamente engajada empenhou-se num retrato de adesão da população da ilha aos propósitos governamentais.

⁷ A afirmação de uma identidade colectiva fez-se (e faz-se) através de momentos de luta política em várias épocas, sob diversos regimes e contra autoridades de diferentes empenhos partidários. Podemos-lo imaginar, no futuro, com uma escala do tempo diferente da nossa, um historiador poderá sintetizar os vários episódios de litúgio no pós-independência na ilha do Príncipe como um processo de sedimentação da consciência colectiva do povo do Príncipe. Esta consciência colectiva despertou, não forçosamente contra a independência do país, mas por causa da independência, a qual tornou visível uma diferença entre as ilhas, que, no quadro colonial, não tinha a importância que veio a ter posteriormente.

aos soberanos, aos textos constitucionais e ao ideário liberal, quando não à restauração efémera do absolutismo, as ilhas digladiavam-se pela localização da capital, ao tempo na ilha do Príncipe.

Tal vale por dizer que, independentemente quer da necessária pedagogia política no sentido da concertação de interesses tão conforme à apregoada índole pacífica dos são-tomenses, quer do horror das micro-sociedades aos conflitos (em virtude do que amiúde reelaboram a memória, apagando o traço dos litígios), a dimensão da dissensão e do confronto esteve quase sempre presente. Esta circunstância demanda dos responsáveis criatividade na concertação política e, ao mesmo tempo, a condução preclara tanto dos interesses explícitos quanto dos sentimentos e afectividades que muito complicam a gestão política. Nas ilhas como em qualquer lugar.

Presentemente, qualquer liderança política tem de lidar com os sentimentos populares e conseguir o que era impossível ao colonialismo, a saber, conquistar o coração dos colonizados. Parte daquele desiderato passa pela coesão política e social. Porém, a invocação a esmo de sentimentos identitários tende a ampliar a irracionalidade dos debates políticos, tornando estreita a margem de governação.

O aprofundamento do conhecimento e o diálogo aberto são fulcrais para reconduzir a invocação da idiossincrasia ao seu lugar. Não se tratará de desvalorizar as diferenças, trata-se de as colocar em perspectiva, tornando-as, desse modo, menos instrumentalizáveis e, em contrapartida, mais úteis. Por exemplo, importará talvez que a identidade e o orgulho de uma pertença não se expressem apenas episódica e reactivamente, antes se afigurem alavancas da participação, do debate, da coesão política de um tecido social e cultural, que, desejavelmente, será plural, aberto e cosmopolita.

A identidade e a construção política do futuro

Já se percebeu que não poderia considerar a autonomia como uma necessidade histórica. Mas também não acho que seja fruto de um mero capricho. Em certa medida inspirada em exemplos terceiros, resultou da condução do país no pós-independência e, concretamente, da maneira como se começou a inflectir no sentido de construir uma alternativa política a um regime que chegara a um impasse. A autonomia foi fruto da existência de um modelo passível de ser adoptado e, também, de um sentimento

reactivo que os anos anteriores tinham gerado entre os principenses. Assim se chegou à autonomia, que, produto de condicionalismos históricos singulares, não se reduz a algo de meramente instrumental. Não é a perenidade que qualifica a valia de um bem simbólico, como, nalguma medida, é e tem sido a autonomia para os principenses. Até hoje, terá dado pouco retorno no plano económico, mas a autonomia tornou-se um bem de que, pelo menos num horizonte concebível, nenhum são-tomense do Príncipe parece querer abrir mão.

Não tendo de se ser adepto, pode-se compreendê-la, isto é, entender a sua génese e o papel que representa para os principenses e, assim, perceber a sua valia simbólica⁸, qual seja, a de ter permitido reparar os agravos de um pós-independência que negou as promessas de igualdade de 1975. Nesse sentido, o conhecimento das circunstâncias históricas esclarece o que a autonomia comporta de solução política, isto é, de uma construção de fins instrumentais, o que em nada lhe diminui o valor. Afinal, na história, o mais comum é a relatividade (em todos os sentidos) das construções políticas (quase inevitavelmente desfasadas das idealizações originais) e dos sentimentos identitários. Todavia, estes são imprescindíveis para congregar as pessoas.

Conquanto comum a ambas as ilhas, a seguinte questão tem uma gravidade maior no tocante à do Príncipe: como, quando e por que meios se pode tornar a ilha o *locus* de, pelo menos, parte da decisão das vidas futuras, seja no plano individual, seja no colectivo? Adiantemo-lo, a resposta passa pela ligação com o mundo e pela relação entre as ilhas.

Como mobilizar as pessoas para a construção do futuro? As especificidades históricas recentes obrigam a sopesar os sentimentos e requerem uma condução política muito difícil entre as demandas da população e as necessidades da ilha, por um lado, e o centralismo do poder, por outro (carece-se de uma política equilibrada que consolide a autonomia por entre as vicissitudes do curso político do arquipélago). Avulta a necessidade de inventar um futuro e, politicamente, de ganhar tempo, tarefa assaz difícil em razão seja das privações de décadas, seja da percepção das mudanças no mundo, percepção que labora no sentido de levar as pessoas a subir a fasquia das demandas à altura, não das condições da terra, mas do que inferem como um direito de todos os homens. Por isto, é imperativa a criação de dinâmicas de acumulação interna, com o que

⁸ Tal valia não existe em abstracto. Ao invés, decorre das possibilidades que historicamente conferiu à afirmação dos naturais do Príncipe.

se inauguraria uma ruptura significativa com o passado da ilha. Simultaneamente, importa estar atento para que a diferenciação económica resultante da articulação com o exterior não desfaça um sentimento de irmandade.

De algum modo imprevisível, isto é, não directamente decorrente da história remota ou recente, o mirífico horizonte que agora se desenha para a ilha não pode equivaler a um convite implícito à demissão. Ao invés, deve perfilar-se como uma estrutura de oportunidades para a aposta porfiada no reforço do capital humano, de competências, da equidade, de forma a não malbaratar os ganhos resultantes de uma mudança iniciada em 1975 e aprofundada em 1994. Sem minimizar o peso da globalização, que coloca muito do futuro fora do nosso alcance – e até nesse reino do etéreo a que chamam o “nervosismo dos mercados” –, importará trazer para a ilha a capacidade de modelação de um destino próprio através, por exemplo, da capacitação dos seus naturais⁹.

O que é que pode tornar a ilha do Príncipe um apelo singular? Porventura, a construção de um futuro onde a pobreza não seja factível. Neste ponto, a história tem uma particular valia pois elucidada como, por exemplo, o poder colonial maneja para usurar as terras e as gentes. Mas também como no pós-independência se repetiram erros do passado, mesmo se insistentemente se propagandeava o contrário.

Vale a pena formular reivindicações políticas e não apostar na terra? Apostar na terra implica promover o empenho na participação cívica quanto na governação, sabendo-se que a interiorização de novas atitudes leva tempo. É imperioso investir no saber e na valorização dos bens culturais. Seria interessante tomar a iniciativa de uma relação com o mundo que transforme a localização geográfica e a insularidade ultra-periférica numa valia singular.

Não é uma lição das histórias da ilha do Príncipe, mas, lembre-se, ao passo que os dogmatismos e as crenças apartam, o conhecimento, mesmo o que passa pela enunciação clara de diferentes pontos de vista, tende a unir os homens.

⁹ A somar aos condicionalismos legados pela história, concretamente pela feição usurária do colonialismo baseado nas roças, outros desafios são de monta. Entre eles, contam-se os decorrentes da micro-insularidade – e da dupla insularidade, que advém da descontinuidade territorial e da assimetria de poder –, a qual parece difícil de superar. Se, historicamente, o colonialismo exauriu a terra de saber, de massa crítica e de elementos distintos – Marcelo da Veiga terá sido uma honrosa excepção, tendo, aliás, tido menor reconhecimento por causa da fidelidade à sua ilha –, a micro-insularidade tende a expulsar elementos diferenciados, a obstar à criação de elites e, ainda, a desbaratar capital humano pela pulsão dos naturais para a migração.